



AgEcon SEARCH

RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)
PROMOTORAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

MARIA ERONDINA SILVEIRA DA SILVA; RITA INÊS PAULI PRIEB;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

SANTA MARIA - RS - BRASIL

erondinas@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

**AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

**AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs)
PROMOTORAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

Resumo

Através de análise exploratória, este artigo trabalha aspectos referentes ao desenvolvimento sustentável e a autonomia do Estado-Nação, analisando dentro desse contexto, o papel desempenhado pelas ONGs, em especial no Mercado Comum do Sul (Mercosul), e em que medida esses são instrumentos eficazes para propiciar cidadania e democracia participativa, e a capacidade de inserir socialmente alguns segmentos que encontram dificuldades para participar do processo produtivo. Para isso, é preciso definir desenvolvimento sustentável como socialmente justo, economicamente viável, ecológica e culturalmente aceito; que considere as diferentes expectativas individuais para todo o conjunto da população, levando em conta as diferenças de gênero, idade, renda, cultura e de acesso aos direitos básicos, etc. A partir da atuação participativa dos indivíduos, os avanços passam a configurar conquistas e não mais concessões dos detentores do poder. Daí a relevância das novas ações sociais como instrumento de construção de uma cidadania qualificada, por ser fruto da conquista e ter como cerne a capacidade de criar padrões de convivência social não excludentes, mas que promovam e respeitem as diversidades. Como as novas ações dos Estados nacionais estão na definição de políticas domésticas crescentemente articuladas em nível de blocos regionais, alternativas locais podem representar a criação de novos espaços de politização e construção democrática. E a sociedade civil pode, através das ONGs, gerar arenas de negociação, nas quais as decisões sejam em prol do bem-estar social, ou seja, não apenas relegando aos Estados o monopólio das decisões.

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável, Cidadania, Organizações Não-Governamentais, Globalização, Estado-Nação

1. Introdução

Determinados conceitos de soberania e hegemonia, uma vez associados ao Estado-Nação como centro e poder começam a sofrer algumas reformulações. Conforme Vieira (1997), as novas forças que operam na atual ordem mundial¹, dominada pela economia capitalista de cunho neoliberal², reduzem os espaços do Estado-Nação, obrigando à reformulação dos projetos nacionais.

Apesar dos efeitos perversos de várias crises econômicas, social e fiscal, além da redução do papel dos Estados-Nação as novas práticas civis da sociedade estão desempenhando o papel de produtoras de significado político, impactando o desenvolvimento da sociedade civil e política, reestrurando as bases de um programa democrático, plural e cidadão, (Gohn, 2003).

Admite-se que o capitalismo globalizado pode instabilizar as economias nacionais e as capacidades de respostas à “desordem” são discrepantes quando comparada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo que nos últimos, revela-se patente que a autonomia na formulação de políticas econômicas fica comprometida.

Segundo Dupas (1999), os Estados Nacionais estão em crise, subordinados a metas monetárias rígidas e com pouca flexibilidade para praticar princípios do keynesianismo. Especialmente nos países mais pobres, onde os governos não têm orçamento suficiente nem estruturas eficientes para garantir a sobrevivência dos “novos excluídos”³.

A prioridade do Estado que era o bem-estar social, nas últimas décadas, entretanto, modificou-se, no sentido de adaptar as economias nacionais às novas exigências da economia mundial. Para Ianni (1995), o Estado está se tornando uma correia de transmissão da economia mundial à economia nacional. Dessa forma, interpretar o mundo atual é um verdadeiro desafio, pois implica na difícil tarefa de compreender as múltiplas transformações ocorridas e as suas influências no campo social e econômico.

Deste modo, é inegável que o processo de globalização⁴ fragiliza o Estado-Nação, não apenas no que se refere à capacidade de implementar políticas específicas, mas também, e talvez principalmente, a determinadas capacidades “estruturais” relativas às questões sociais.

Segundo Kaufmann (1999), é de se esperar que, se a globalização continuar com o mesmo comportamento, maneiras mais próprias à convivência e mais cooperativas⁵, poderiam

¹ A atual ordem econômica mundial é internacionalizada em suas dinâmicas básicas, e é dominada por forças de mercado incontroláveis, tendo como seus principais atores e agentes econômicos de trocas corporações transnacionais que não devem lealdade a nenhum Estado-nação estabelecendo-se em qualquer parte do mundo em que a vantagem de mercado prevaleça, (Chossudovsky, 1999).

² Atualmente, a reação dos democratas diante dos neoliberais fundamenta-se em exigir a extensão do direito de participar na tomada das decisões coletivas para lugares diversos daqueles em que se tomam as decisões políticas, consistindo em procurar conquistar novos horizontes para a participação popular e, portanto, em prover à passagem da fase da democracia de equilíbrio para a fase da democracia da participação, (Bobbio, 1990).

³ De acordo com Touraine (1998), o que une os homens, tornando-os semelhantes entre si, é basicamente, porque são lançados num mundo de mercados e de técnicas que ultrapassa o seu meio de origem seus valores e suas formas de organização, onde cada um pode ser levado a viver acontecimentos fragmentados, vagando de uma situação a outra perdendo a unidade da sua própria personalidade.

⁴ Vários programas de estabilização macroeconômica e de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial às nações em desenvolvimento têm levado milhares de pessoas ao empobrecimento. Além disso, o programa de ajuste estrutural contribui para desestabilizar moedas nacionais e desestruturar as economias dos países em desenvolvimento, (Chossudovsky, 1999).

⁵ O cooperativismo consiste em organizar grupos formais, livremente constituídos, aos quais é possível ter acesso à escolha própria, perseguindo interesses mútuos. Segundo Scherer (2002), o cooperativismo pode ser

vir à luz para exercer os contrapesos, formas que não seriam dominadas por uma lógica de guerra e de conquista, mas animadas por um espírito de solidariedade, de compreensão e de diálogo entre as culturas e regionalismos⁶, trazidas por pesquisas científicas e pelo desenvolvimento, orientadas em direção às necessidades humanas e sociais.

Hoje o poder coletivo das Nações e dos indivíduos é imprescindível para planejar o futuro, e a necessidade de exercê-lo é mais imperiosa. O principal desafio desta geração é mobilizar tal poder para tornar a vida mais democrática, mais segura e sustentável. O mundo necessita de uma nova visão que estimule todas as pessoas a atingir níveis mais altos de cooperação nas áreas em que compartilhem os mesmos interesses.

Desse modo, a democracia⁷ não deve ser apenas um regime político com partidos e eleições livres, deve ser principalmente, segundo Vieira e Bredariol (1998, p. 35), uma forma de existência social onde os movimentos sociais, nas suas lutas, transformam os direitos declarados formalmente em direitos reais, “é sempre através do debate político que as questões tornam-se públicas, possibilitando que os cidadãos exerçam a função de crítica e controle sobre o Estado. (...) Estado Democrático é aquele que considera o conflito legítimo”.

Uma sociedade democrática não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, e está sempre aberta à ampliação dos direitos existentes e à criação de novos direitos (Chauí, 1995)⁸. Segundo Scherer-Warren (1999, p. 60), “é necessário lembrar que a ampliação dos direitos de cidadania relaciona-se com os processos de democratização da sociedade”.

Para Siqueira (2003), sob a ótica dos novos movimentos sociais, de um lado, as condições de vida cotidiana e real são os pontos de partida para o exercício da cidadania, a qual busca instituir novos direitos e solucionar os problemas específicos de forma autônoma; de outro, a cidadania é um processo contínuo de emancipação através de conquistas.

Conforme destaca por Gohn (2003), um aspecto que deve ser tratado com relevância, a respeito dos movimentos sociais surgido nos últimos anos, é que o foco principal das reivindicações modificou-se de infra-estrutura básica, para o consumo coletivo e suporte mínimo de mercadorias, para o consumo individual. Os movimentos dão lugar a lutas de interesses cívicos e caracterizam-se por se mostrarem “... verdadeiras cruzadas nacionais em que há articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos e privados”, (p. 34).

As transformações ocorridas no cenário da participação social recentemente, com a modificação das lutas sociais organizadas em movimentos sociais, e o surgimento ou renascimento de novas lutas sociais, de caráter cívico, como a ação coletiva contra a fome, a luta pela preservação do meio ambiente, apoio aos pequenos produtores rurais, levaram-nos à

definido como um agrupamento de indivíduos que possuem os mesmos interesses e objetivos que, conjuntamente, através da união buscam as soluções dos seus problemas e de suas aspirações comuns. Atuam nos mais diversos setores, expandem-se em todas as áreas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados, para que possam obter um melhor nível de vida.

⁶ O processo de regionalização deve criar condições para que se desenvolva uma sociedade mundial mais cooperativa, por intermédio das integrações regionais, mas que favoreça ao mesmo tempo o fracionamento da economia mundial em grandes blocos com mercados relativamente protegidos. Gerando poderes supra-estatais, ao mesmo tempo forçando os Estados nacionais a aumentarem seu poder regulador nas economias locais para de instrumentos intermediários à coordenação das políticas regionais.

⁷ De acordo com Bobbio (1990), a democracia historicamente teve dois significados relevantes, pelo menos na sua origem, conforme seja em maior evidência o conjunto dos métodos cuja observância é preciso para que o poder político seja efetivamente repartido entre a maior parte dos cidadãos, as assim denominadas regras do jogo, ou o ideal em que um governo democrático deveria se inspirar, que é o de igualdade. O princípio dessa diferenciação utiliza-se para distinguir a democracia formal da substancial, ou através de outra concepção, a democracia como governo do povo, da democracia como governo para o povo.

⁸ Citado por Vieira e Bredariol (1998).

necessidade de ampliarmos o campo de investigações antes circunscritas apenas ao campo social.

Todavia, apesar das ONGs facilitarem a realização dos projetos das políticas sociais, é necessário fazer uma distinção entre elas e os movimentos sociais. Ao mesmo tempo, que as organizações são institucionalizadas e pouco informais, precisam ser eficientes e durar por muito tempo. Já os movimentos não são muito funcionais, multiformes, descontínuos, além de não necessitarem ter compromissos com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para suas bases, (Gohn, 2003).

Para Kaimowitz (2001), ao tratar de desenvolvimento sustentável na América Latina, as organizações não-governamentais (ONGs) desempenham um papel importante ao promover o uso de tecnologia simplificada de manejo de recursos naturais, tais como o uso de adubos orgânicos e cultivos de cobertura, obras de conservação de solos, reflorestamento, repelentes naturais e inseticidas botânicos. Inclusive, segundo ele, muitas ONGs ressaltam sobre a importância de aprender com os agricultores e de resgatar tecnologia autóctone, mas poucas conseguem fazê-lo de forma sistemática.

Ao analisarem o desenvolvimento sustentável na América Latina, Altieri e Maser (1997), destacam que a necessidade urgente de combater a miséria no setor rural e de recuperar os recursos básicos das pequenas propriedades, incentivou elevado número de ONGs a buscar novos tipos de desenvolvimento agrícola e estratégias de gerência de recursos que – com base na participação local, nas técnicas e recursos – proporcionasse a produtividade enquanto conservasse os recursos de base.

A idéia central que inspirou os trabalhos das ONGs é de que a pesquisa e o desenvolvimento na agricultura operem na base de uma abordagem “de baixo para cima” (às avessas), iniciando com o que já existe: população do local, suas necessidades e aspirações, seu próprio conhecimento sobre a agricultura e seus recursos autóctones, (Altieri e Maser, 1997, p.88).

Dois novas tendências fortalecem o cenário social brasileiro segundo Gohn (2003), o crescimento das ONGs e o crescimento das políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente ao nível do poder local. Trata-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades” organizadas, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre do público estatal e não estatal, e a iniciativa privada.

Além disso, percebe-se que a parceria entre o poder público e privado, para desenvolver políticas sociais, não isenta o Estado, entretanto, revela-o insuficiente para a promoção do desenvolvimento. Portanto, torna-se imprescindível a associação entre aquele e a sociedade civil. Assim, existem algumas ações que devem ser feitas em combinação entre os três, sendo que uma não pode querer sobrepor-se a outra, o que inviabilizaria a possibilidade de encontrar uma articulação ideal para empreendimentos de cunho social.

Segundo Graziano (1997), os processos de desenvolvimento sustentável em contexto de pobreza reclamam projetos que tenham como características básicas a descentralização e a participação das comunidades-alvo, a partir de uma abordagem mais interativa. Todavia a participação comunitária implica, além de mais tempo e recursos, a mobilização das instituições públicas locais, na organização das próprias comunidades e na concentração de interesses heterogêneos em torno do projeto.

Para Gohn (2003), a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros dos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. Trata-se na verdade da reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela

redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

Pensar em desenvolvimento sustentável (socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito), é um desafio extremamente complexo. Mas, o grande desafio é a questão social, ou mais especificamente, a sustentabilidade neste contexto de globalização. Daí a importância de analisar o papel das ONGs e a formação de blocos econômicos, como o Mercosul, frente à nova ordem globalizada.

Para tanto, este artigo apresenta cinco seções, a partir desta introdução. A segunda seção aborda o desenvolvimento sustentável, a terceira trata sobre a autonomia do Estado-Nação e o papel das ONGs, a quarta seção aponta para a cidadania e a democracia participativa, e por fim, são as expressas as conclusões.

2. Sobre o desenvolvimento sustentável

Devido o aumento do debate sobre as condições de sustentabilidade, surgem várias definições de desenvolvimento sustentável. De forma geral, define-se como aquele socialmente justo; economicamente viável; ecologicamente sustentável e culturalmente aceito. Quando se propõe um projeto de desenvolvimento sustentável, se torna necessário considerar diferentes expectativas individuais. Não se pode ter como objetivo a sustentabilidade sem partir do alcance de direitos (liberdades) individuais básicas para todo o conjunto da população considerando as diferenças de gênero, de idade, de renda, de cultura, de acesso aos direitos básicos, etc.

Faz-se necessário, conceituar desenvolvimento sustentável enquanto harmonização das dimensões ambiental, econômica e social para operacionalizá-lo através da maior convergência, no espaço-tempo, dos recursos correspondentes: meio ambiente, capital e trabalho.

Apesar do termo sustentabilidade ter se popularizado durante a década de 1980, no contexto dos debates dos impactos no meio ambiente em razão da modernização da atividade agrícola, considerando-se o crescimento e desenvolvimento econômico como um todo, as preocupações com os limites do crescimento econômico estão presentes desde a obra clássica de Smith (1776), “*A Riqueza das Nações*”, publicada em 1776, sob a denominação de *Estado Estacionário*.

Entretanto, conforme o modelo proposto por Smith (1776), fundamentado no *princípio da harmonia de interesses* não faz referência quanto às restrições ambientais, onde os limites ao crescimento constituem-se a partir do aumento da concorrência capitalista, em virtude dos incrementos de estoque de capital e da conseqüente queda da taxa de lucro.

Ricardo (1819), em sua obra clássica “*Princípios de Economia Política e Tributação*” publicada em 1819, além da noção do conflito distributivo, faz referência sobre os limites ambientais ao processo de crescimento econômico, onde os rendimentos decrescentes da agricultura poderiam comprometer o crescimento econômico pela incapacidade do setor agrícola em promover a manutenção da taxa de lucro nas demais atividades.

No âmbito do desenvolvimento econômico, segundo Abramovay (1984), não se pode escapar das ideologias, orientadas à elaboração de estratégias para alcançar os objetivos propostos, corroborando, pois, o conceito de desenvolvimento econômico, que é uma concepção construída sob a ótica social. Dessa forma, a noção de sustentabilidade não pode ser compreendida fora do seu uso, tanto no aspecto político como científico.

A palavra sustentabilidade tem forte conotação valorativa: reflete mais uma expressão dos desejos e valores de quem a exprime do que algo concreto de aceitação geral. (Cunha, 1994).

Assim sendo, definir desenvolvimento sustentável torna-se amplo e complexo. Um conceito abrangente que é anunciado como aquele que atende as necessidades do presente sem, no entanto, comprometer as necessidades das gerações futuras.

3. A autonomia do Estado-Nação e o papel das ONGs

Os novos atores que operam na atual esfera econômica são definidos e conduzidos por uma economia predominantemente liberal que atende interesses meramente mercadológicos, vêm diminuindo drasticamente as funções ou poder dos Estados-nação, obrigando-os a pensarem e reformularem seus novos papéis.

Isso demonstra como a economia globalizada fragiliza os Estados-nação e, também instabiliza o mercado mundial, prioritariamente dos países em desenvolvimento, como o Brasil, e os demais países do Mercosul. Evidentemente que o processo de globalização minimiza o espaço do Estado-nação, não apenas no que diz respeito à capacidade de implementar políticas específicas, como também, e talvez principalmente, a determinadas capacidades “estruturais” relativas às questões sociais.

Percebe-se que a globalização⁹ possui uma característica¹⁰ importante que é a facilidade de comunicação, permitindo a ligação e intercomunicação entre todos os países do mundo, o que viabiliza a transmissão e transferência de informações e, movimentações do capital financeiro, prioritariamente, o especulativo. Além disso, a desregulamentação das economias nacionais permite a abertura dessas ao mercado internacional, levando a uma desnacionalização de riquezas, o que se traduz na privatização de muitas empresas nacionais e a introdução de capital internacional.

No plano político, o maior problema reflete-se na perda de autonomia dos Estados Nacionais, pois a globalização conduz a uma concentração do poder econômico, traduzindo-se no poder de decisão dos dirigentes políticos de muitos países. Por isso mesmo, esse poder fica concentrado nas mãos de um grupo de grandes empresas transnacionais, apoiadas em organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros.

O mercado, atendendo interesses desses órgãos, tornou-se a matriz estruturadora da vida social e política da humanidade, sobrepondo-se às fronteiras nacionais. Mesmo restando pouca margem de ação ao reduzido Estado-nação, após toda esta etapa de desregulamentação da economia e privatizações é preciso pensar em alternativas ao Estado, ou como afirma Giddens (2000), é necessário reafirmar e reinventar o governo diante do mercado. Percebe-se que o mundo inteiro passa por uma reestruturação, deixando muitas pessoas a margem do processo produtivo¹¹, fora do mercado de trabalho¹² e de consumo, o que obriga seus governos a repensarem projetos alternativos para a sobrevivência de seus cidadãos.

⁹ Conforme Ianni (1998), a globalização pode ser caracterizada pela interdependência entre os países do mundo, havendo uma constante troca de bens e serviços. Essa, segundo ele, é sustentada pelo aproveitamento de todas as oportunidades de comércio e investimentos, permitindo manter os mercados integrados e surgindo como um instrumento que viabiliza a eficiência no uso dos recursos disponíveis.

¹⁰ Na fase atual a globalização pode ser caracterizada por um notável aumento da capacidade de fragmentar geograficamente os processos produtivos, o que facilita o aumento do comércio e investimentos internacionais. Entretanto, apesar da enorme facilidade de movimentar bens e serviços em vários mercados do mundo alguns princípios de direitos básicos de muitos indivíduos são esquecidos ou extintos, como infraestrutura, saúde e educação, e isso é observável na maioria dos países periféricos, (Braga 2001),

¹¹ O sistema internacional foi caracterizado por uma assimetria, onde é possível visualizar a existência de um centro dominante e uma periferia subordinada. O centro foi composto no decorrer dos anos por um reduzido grupo de Estados de alto nível de riqueza e renda, além de um alto poderio militar, com enorme capacidade de gerar tecnologia, e com uma população com baixo crescimento populacional. Por sua vez a periferia, formou-se por um grande número de ex-colônias, entre as quais está o Brasil. Essa é composta pelos Estados politicamente

Neste sentido, segundo Dupas (1999, p. 198), um novo ciclo de desenvolvimento auto-sustentado e politicamente suportado exigirá, pois, uma profunda reflexão sobre a natureza das novas relações entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado, bem como a disposição dessas sociedades em eleger prioridades que poderão, por vezes, entrar em conflito com o primado absoluto do mercado. Não se trata de reduzir radicalmente o papel do Estado, mas de modificá-lo profundamente, transformando-o e fortalecendo-o para novos papéis. A globalização parece requerer governos fortes e ativos, e não fracos espectadores das forças de mercado.

Ações coletivas dos mais diversos tipos, formas e objetivos vêm se desenvolvendo cada vez mais, ainda que com diferentes graus de intensidade, em várias partes do mundo. O Estado em crise não responde as demandas da sociedade, sobretudo aquelas dos segmentos mais empobrecidos. Num processo de reivindicação, expressão e luta, estes constroem suas identidades e autonomia com uma nova maneira de encarar o Estado e agir coletivamente, expressando aspirações e necessidades.

A capacidade institucional de promover o desenvolvimento sustentável parece ser um tanto quanto limitada, porém, segundo Kaimowitz (1997), começam a ser visualizados alguns dos elementos que poderiam formar a base de uma conjuntura institucional que promova a agricultura sustentável, por exemplo, que atualmente estão dispersos em múltiplos e pequenos esforços por entidades públicas, projetos, universidades, ONGs, governos locais e organizações camponesas e ambientalistas.

As políticas das ONGs não tomam como objetivo a transformação geral do sistema, mas sim a distribuição do poder de forma a implementar transformações micro-sociais. A partir de ações coletivas os indivíduos buscam obter melhorias na vida cotidiana, reelaborando condições que não lhes são favoráveis, demonstrando uma capacidade singular de compreender a natureza específica e diferenciada de cada grupo social. Por conseguinte, promovem experiências prosperas com geração de novas técnicas capazes de realizar o bem estar.

Segundo Kaimowitz (1997), um dos pontos positivos da ONGs com a agricultura sustentável nos últimos anos foi a tendência de criar instâncias nacionais e regionais para construir consensos sobre políticas, intercambiar experiências, metodologia e materiais e realizar atividades de forma conjunta. Recentemente, “houve um inegável progresso dos movimentos sociais que vem lutando por um desenvolvimento sustentável” (Graziano, 1997, p. 125).

As práticas coletivas no meio rural, como meio de enfrentamento de situações adversas, tanto esvaziam o caráter paternalista das mudanças como dos avanços no contexto societário. Dessa maneira, a partir da atuação participativa dos indivíduos, os avanços passam a configurar conquistas e não mais concessões dos detentores do poder. Daí a relevância das

independentes, porém, com relativo baixo nível de riqueza e renda, com fraco poder militar, baixo poder de geração de tecnologia e com uma população em rápido crescimento, Pochmann (2001).

¹² Se por um lado, há um importante crescimento da economia, com uma diminuição das taxas de juros, devido aos planos de ajustes econômicos, por outro, são reforçados os mecanismos que geram polaridade social incluídos e excluídos. Assim, é possível constatar um tipo inédito de marginalidade que assume a forma de exclusão pura e simples de uma parte da população que não tem como se tornar globalizada. Em nível internacional, opera-se cada vez mais, um distanciamento dos países periféricos daqueles onde são tomadas as mais importantes decisões. Já em nível interno, produz-se uma crescente exclusão social e um verdadeiro retrocesso à efetivação de importantes direitos adquiridos em épocas anteriores. Uma face importante dessa exclusão social revela-se nos elevados níveis de desemprego da maioria dos países do mundo, porém com conseqüências mais graves para as nações em desenvolvimento. E esse se caracteriza como um fenômeno capaz de limitar as possibilidades de cidadania de muitos indivíduos, dado que os impede de ter acesso à educação adequada, saúde, lazer, cultura e informação.

novas ações sociais como instrumento de construção de uma cidadania qualificada, por ser fruto da conquista e ter como cerne a capacidade de criar padrões de convivência social não excludentes, mas que promovam e respeitem as diversidades.

A participação organizada da comunidade camponesa, sem rechaçar a relevância da atuação individual, apresenta-se como importante instrumento de fortalecimento das regras democráticas e de construção de uma sociedade mais solidária, garantindo a sustentabilidade da pequena produção no atual cenário. Na medida que o compromisso com o bem-estar coletivo passa a ser conciliado com as demandas individuais, surgem formas de organização coletiva que têm por substrato o diálogo e a preocupação em implementar melhorias de vida que transpõem os espaços privados.

Na realidade, o que se observa diante do cenário descrito, é que atribuir o problema social no meio rural ao processo de globalização seria preconceito tecnocrático. Portanto, se faz necessário avançar muito além, ou seja, se os Estados não estão em condições plenas de atuar perante os efeitos e desafios da globalização, considera-se como alternativa a participação da sociedade, particularmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável.

4. Sobre a cidadania e a democracia participativa

As práticas coletivas no meio rural¹³, como meio de enfrentamento de situações adversas, tanto esvaziam o caráter paternalista das mudanças como dos avanços no contexto societário. Dessa maneira, a partir da atuação participativa dos indivíduos, os avanços passam a configurar conquistas e não mais concessões dos detentores do poder. Daí a relevância das novas ações sociais como instrumento de construção de uma cidadania qualificada, por ser fruto da conquista e ter como cerne a capacidade de criar padrões de convivência social não excludentes, mas que promovam e respeitem as diversidades.

Diante da atual conjuntura sócio-econômica, a cidadania surge como nova forma de definição de direitos, onde o cidadão passa a ter “direito de ter direitos”. A “nova” cidadania como definem Vieira e Bredariol (1998), não deseja apenas uma forma de integração social indispensável para a manutenção do capitalismo, ela deseja a constituição de sujeitos sociais ativos que definam quais são os seus direitos. Segundo os mesmos autores, a nova cidadania exige uma nova sociedade

onde é necessária uma maior igualdade nas relações sociais, novas regras de convivência social e um novo sentido de responsabilidade pública, onde os cidadãos são reconhecidos como sujeitos de interesses válidos, de aspirações pertinentes e direitos legítimos. Esse conceito de cidadania enterra o autoritarismo social e organiza um projeto democrático de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões de cultura e da política (Vieira e Bredariol, 1998, p. 31).

A cidadania ocupa lugar central na busca de um novo paradigma que deverá superar as limitações do Estado tecnocrático e liberal. Os indivíduos estão cada vez mais mergulhados na “turbulência da incerteza”, do medo, da perplexidade, o que os leva a procurarem soluções alternativas para o percurso da existência nos novos paradigmas sociais da cultura contemporânea. Para tanto, cada vez mais o homem é obrigado a abdicar da rigidez das idéias, atitudes e tipos de comportamentos fundamentados no sistema de valores tradicionais e buscar resposta nos valores de uma “modernidade reflexiva” que, em muitos aspectos, ainda estão para serem formulados, (Giddens, 1996). Já existe a consciência de que “as oportunidades e ameaças... devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos” (Beck, 1997, p. 18).

A ampliação da cidadania exige mudanças, e para tal, se faz necessário a inclusão dos debates no interior da sociedade civil, as quais são responsáveis, efetivamente, pelas transformações das práticas sociais, pelo aprendizado social, pela construção de novas formas de relação e criação de sujeitos sociais ativos (como as ONGs).

Contudo, cabe ressaltar que a globalização¹⁴ do mercado mundial não deve significar a perda de um projeto para o país, já que questões estruturais não são alcançáveis pela ação local. As alternativas locais representam, assim, não a substituição de um projeto mais amplo,

¹³ De acordo com Sorj (1980), a mobilização crescente no campo é capaz de evidenciar o problema da integração das massas rurais dentro da estrutura do Estado burguês, através da legislação local, e eventualmente por intermédio de uma reforma agrária, que limite o impacto da luta pela terra.

¹⁴ O surgimento dessa ordem global conforme Nascimento (1997), coincidiu com um progressivo aumento da produtividade (Revolução Industrial), o que inaugurou o início do progresso técnico. A coincidência da formação da primeira ordem econômica mundial com a aceleração desse progresso não foi por acaso. A expansão marítima foi possível devido a ampliação do conhecimento científico e da melhoria nas artes de navegação e de guerra. Até então, o crescimento do produto interno dos países havia sido muito lento. As relações internacionais e inclusive, a conquista e ocupação de uma nação por outra provocaram modificações nos modos de produção.

mas a criação de novos espaços de politização e construção democrática, incentivando a construção da “*dimensão pública*” na sociedade civil. Segundo Sposati (1997, p. 47), “enquanto a sociedade não incorporar como intrínseco à sua dignidade, padrões básicos de cidadania, dificilmente um enunciado trará mudanças e direitos efetivos à população”.

A atual crise de legitimidade do Estado revela, no fundo, segundo Vieira e Bredariol (1998, p. 32), a crise representativa parlamentar clássica, onde:

os cidadãos não reconhecem mais nas instituições que, por definição foram por eles criadas (...). Somente a participação da cidadania nos moldes de uma democracia associativa pode contrapor-se às características negativas do modelo representativo.

A busca de uma democracia participativa requer o aperfeiçoamento das capacidades de comando e principalmente a redefinição das relações com a sociedade civil mediante a criação e articulação de canais de negociação entre a sociedade e o Estado. Pois, a existência de tais, junto aos diversos órgãos do Estado, permitirá a institucionalização da participação da cidadania nas decisões governamentais. Neste sentido, segundo Vieira e Bredariol (1998, p. 36), os “espaços públicos não-estatais são arenas de negociação diante das instituições políticas e das demandas coletivas, interligando as funções do governo e a representação de conflitos”.

No atual contexto, dois dos maiores desafios que se apresentam são a questão social e a sustentabilidade, não é conveniente haver concorrência predatória entre seus membros. No entanto, é imprescindível que haja a adoção de um plano de desenvolvimento abrangente, que oriente seus membros para objetivos comuns, decididos de forma democrática pelos Estados e as sociedades.

Ademais, a representatividade social merece estar presente democraticamente (principalmente nas sociedades mais complexas), de forma que não haja “controle” por parte do Estado sobre as decisões que poderiam ser tomadas pela totalidade da sociedade.

Ao considerar que as alternativas locais, ou projetos nacionais representam a criação de novos espaços de politização e construção democrática, a sociedade civil pode gerar arenas de concertação e negociação, nas quais as decisões tomadas sejam em prol do bem-estar social, ou seja, não apenas relegando aos Estados o monopólio das decisões.

5. Conclusão

Os países uma vez inseridos no contexto de globalizado precisam enfrentar dois grandes desafios que se apresentam, quais sejam: a questão social e a sustentabilidade, e para isso, não é conveniente que haja concorrência predatória entre seus membros. Entretanto, é necessário que a globalização contribua para a opção por um plano de desenvolvimento abrangente, que oriente seus membros para objetivos comuns, decididos de forma democrática pelos Estados e as sociedades.

Torna-se imprescindível que os países possuam governos sérios e respeitáveis, pois a globalização requer credibilidade das suas instituições; mas sem abdicar das identidades e peculiaridades de cada nação, uma vez inseridos na economia mundial de maneira competitiva e integrados.

A representatividade social merece estar presente democraticamente (principalmente nas sociedades mais complexas), de modo que não haja “controle” do Estado sobre as decisões que poderiam ser tomadas pela totalidade da sociedade.

Além disso, percebe-se que parceria entre poder público e privado, para desenvolver algumas políticas, não isenta o Estado, entretanto, revela-o insuficiente para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Portanto, torna-se fundamental a associação entre aquele e a sociedade civil. Assim, existem algumas ações que devem ser feitas em

combinação entre os três, sendo que uma não pode querer sobrepor-se a outra, o que inviabilizaria a possibilidade de encontrar uma articulação ideal para empreendimentos de cunho social.

Ao considerar que as alternativas locais representam a criação de novos espaços de politização e construção democrática, a sociedade civil pode, através das ONGs, gerar arenas de negociação, nas quais as decisões sejam em prol do bem-estar social, ou seja, não apenas relegando aos Estados o monopólio das decisões.

As ONGs, por representarem grande variedade da sociedade civil, podem agir como observadores, críticos e porta-vozes da vontade dos membros, ligando-os às demais autoridades (do âmbito local e até internacional).

Na medida em que as ONGs se fortaleçam, cientes de seu papel na sociedade, por meio de ações estratégicas podem gerar oportunidades de negociação nos âmbitos do desenvolvimento econômico, seja através do uso de influências ou, mesmo, dos mecanismos previstos constitucionalmente.

O exercício da cidadania não ficaria restrito apenas às eleições governamentais, mas extrapolaria estes limites, uma vez que o próprio processo integracionista sugere a democratização entre Estados, das decisões que se referem à coletividade.

Ainda, cabe considerar a constituição de ONGs que atuam em âmbito regional, e que tenham por missão representar os interesses dos grupos comuns aos diferentes países.

As práticas coletivas no meio rural funcionam como um instrumento capaz de enfrentar situações adversas, pois possibilitam esvaziar o caráter paternalista das mudanças como dos avanços no contexto social. Assim, a partir da atuação participativa dos indivíduos, os avanços passam a configurar conquistas e não mais concessões dos detentores do poder. Daí a relevância das novas ações sociais como instrumento de construção de uma cidadania qualificada, por ser fruto da conquista e ter como cerne a capacidade de criar padrões de convivência social não excludentes, mas que promovam e respeitem as diversidades.

Embora esse artigo não tenha esgotado a questão, nem permitido um diagnóstico mais completo acerca das Organizações Não Governamentais, possibilitou acenar algumas indicações acerca de alguns aspectos relevantes. Acreditamos que os resultados obtidos permitiram reforçar alguns conceitos, caracterizações e, principalmente, salientar a preocupação de setores em desenvolver ações que possam auxiliar na resolução de alguns problemas sociais.

Assim, para um trabalho futuro, seria de fundamental importância fazer uma análise mais detalhada de tais organizações, o que poderia contribuir, juntamente com outras pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, como mais um subsídio para compreender como as novas formas de relacionamento entre Estado, mercado e sociedade civil vêm se alterando paulatinamente, em prol de um desenvolvimento social mais justo, e economicamente viável.

6. Referências Bibliográficas

Abramovay, R. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.24, p. 157-182, 1984. Número especial.

Altieri, Miguel A. e Masera, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: Almeida, Jalcione e Navarro, Zander. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, (pg. 72-105).

Beck, Ulrich e Giddens, Anthony e Lash, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

Bobbio, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo, Editora Brasiliense: 1990.

CARVALHO, Nanci Valadares de. O terceiro sujeito: um novo ator para um velho cenário. In: Dowbor L, Ianni, O. e Resende, P.E. A. (Orgs). **Desafios da Globalização**. Rio de Janeiro, Vozes, 1997. p. 199-214.

Cassiolato, José Eduardo e Szapiro, Marina. Novos objetivos e instrumentos de política de desenvolvimento industrial e inovativo em países selecionados. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Estudos Temáticos. Nota Técnica 13. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ. Rio de Janeiro, Dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/notatec/ntec09.pdf>>. Acesso em: 28 de Junho 2005.

Chossudovsky, Michel. **A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 1999.

Cunha, A.S. Desenvolvimento agrícola e meio ambiente - **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.1, n.1, p. 11-13, 1992.

Dupas, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e Futuro do Capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Giddens, Anthony. **A terceira via**. RJ: Record, 2000.

Giddens, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

Gohn, Maria da Glória. **Os Sem-terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

Graziano, da Silva. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. In: Almeida, Jalcione e Navarro, Zander. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, (pg. 106-124).

Guzmán, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: Almeida, Jalcione e Navarro, Zander. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, (pg. 19-32).

Ianni, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Kaimowitz, David. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: Almeida, Jalcione e Navarro, Zander. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, (pg. 56-71).

Kaufmann, J.N. Mundialização e globalização: desafios ético-políticos. In: **Ser Social-Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social**. Brasília, Ser/UNB, v.1, n.4, jun/1999, (pg. 09-42).

Martins, C.E. Da globalização da economia à falência da democracia. In: **Economia e Sociedade**. Campinas: Universidade Federal de Campinas – UNICAMP. Instituto de Economia. n.1, ago/1992, (pg. 03-22).

Navarro, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, n. 43, 2001.

Pozzoli, Lafayette. **Direito Comunitário Europeu: uma perspectiva para a América Latina**. São Paulo: Editora Método, 2003.

Ricardo, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1992. 286 p. (Os economistas).

Scherer, Leonor Paulo. **Cooperação, Solidariedade e Ação**. Santa Rosa: Multidédias, 2002.

Scherer-Warren, I. **Cidadania sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec. 1999.

Siqueira, Holgonsi Soares Gonçalves. **Nova cidadania - um conceito pós-moderno**. In: <www.angelfire.com/SK/holgonsi/html> Acesso em março de 2006. (Publicado no Jornal "A Razão" em 26.09.2002)

Smith, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 405 p. (Os economistas).

Sorj, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980.

Sposati, A. Globalização: um novo e velho processo. In: Dowbor I, Ianni, O. e Resende, P.E. A. (Orgs). **Desafios da Globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 43-49.

Teixeira, E. **O Local e o Global: Limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez. 2001

Touraine, Alain. **Igualdade e Diversidade: O sujeito democrático**. São Paulo, Edusc: 1998.

Ventura, Deise de Freitas Lima. **A Ordem Jurídica do Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

Vieira, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Vieira, Liszt. e Bredariol, Celso. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.